

A LITERATURA, A POLÍTICA E O COMUNITARISMO SUPRANACIONAL

Benjamin Abdala Junior ¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo um estudo sobre os diversos tipos de diálogos, sejam eles culturais, literários, políticos etc. que ocorrem na literatura explanando sobre um contexto de criação a partir de interações que permitem um “acesso” à tradição para uma nova formulação literária. Assim, durante a redação do texto nos valeremos de estudos acerca de diálogos interculturais/interliterários a fim de que possamos traçar uma trajetória de relações acerca da literatura, política e seus possíveis diálogos em formação.

PALAVRAS-CHAVE: Interações; Literatura; Política; Comunitarismo.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo un estudio de los diferentes tipos de diálogos, ya sean culturales, literarios, políticos, etc que se manifiestan en la literatura explicitando un contexto de creación a partir de interacciones que permiten un “acceso” a la tradición en una nueva formulación literaria. De este modo, durante la redacción del texto nos haremos valer de estudios sobre los diálogos interculturales/interliterarios con el fin de que podamos esbozar una trayectoria de relaciones sobre la literatura, política y sus posibles diálogos de incipiente formación.

PALABRAS CLAVE: Interacciones; Literatura; Política; Comunitarismo.

1. Comparações/interações entre sujeitos e o lugar de onde acessamos o mundo

A primeira consideração que nos parece fundamental na análise comparatista é a necessidade de o crítico ter consciência de

¹ USP/CNPq.

seu lócus enunciativo, o lugar de onde ele acessa o mundo. Esse lugar, como todas as formações socioculturais, é de natureza híbrida e envolve análises tanto em termos multi/interdisciplinares, como também em termos político-culturais. É importante que tenhamos a consciência de que os campos do conhecimento, estabelecidos pela práxis social em nossa trajetória histórica, constituem escaninhos de ordem prática. Não obstante, em razão da dialética de nosso processo histórico, podem vir a espalhar os horizontes de seu próprio campo, pois que o conhecimento está sempre em interações/fricções, motivado sobretudo pelas relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento. Vêm justamente dessas interações/fricções a possibilidade que se abre para novas e criativas conformações.

As interações, se inovadoras, pressupõem reciprocidades, quer em relação a esses campos, como também a situações político-sociais. Importa, nesse sentido, que se leve em conta que o pólo de que partimos não pode subordinar ou, se quisermos do ponto de vista da história política, “colonizar” o outro; ou, em sentido contrário, deixar-se “colonizar” por ele. Se acessamos o mundo através da literatura, isso significa que o modo de conhecimento da realidade para quem se situa nesse campo pode se abrir à política, sociologia, história, linguística etc., para nos ater às esferas das Humanidades, mas também às áreas das chamadas ciências duras, biológicas e da saúde. Não podemos, entretanto, nos deixar colonizar por critérios dessas outras áreas, como muitas vezes ocorre. A atividade crítica deve partir e voltar para o próprio objeto literário que está sendo analisado, que é um modo de conhecimento da realidade afim das ciências humanas e sociais.

Nossa posição, quando buscamos articulações com outras áreas, é colocarmo-nos igualmente como sujeitos do conhecimento. Num outro campo podemos encontrar formas de conhecimento que vêm de experiências históricas que não figuram nos escaninhos de nossa área. Cabe-nos, então, incorporar criticamente essas experiências, revitalizando a nossa práxis, através de reconfigurações em que sejamos igualmente sujeitos e não objetos, reproduzindo especularmente o conhecimento.

Trata-se, pois, de comparar, para com isso afastar práticas rotineiras em torno de mesmices que se estabelecem em nosso campo e, ao mesmo tempo, aberturas para articulações da vida cultural em sentido amplo, abarcando inclusive a cultura material. Observação semelhante vale para o comparatismo entre objetos literários. Uma inclinação, pois, entre sujeitos que se comparam, considerando o sentido das diferenças, sem deixar de considerar o lócus enunciativo de quem compara. Por extensão, o afirmado sobre as interações entre as áreas do conhecimento vale para o comparatismo literário dentro ou fora de fronteiras políticas estabelecidas. A tendência a ser evitada é a deixar-se “colonizar” por parte de quem se reveste de hegemonia em termos de poder simbólico, isto é, das assimetrias dos fluxos culturais. E também em sentido oposto, ao analisarmos narrativas de um povo ágrafo, precisamos considerar o fato de que esse povo possui uma experiência que não temos. Não podemos impor uma metodologia a eles estranha, apenas para procurar legitimar nosso ponto de vista, colocando-os subalternamente nos “devidos” compartimentos administrados por formulações que possam legitimar nossa hegemonia.

Vem dessas postulações, em relação aos países hegemônicos, que administram a hegemonia dos fluxos culturais, a inclinação para não aceitar tais imposições, embora sabendo que eles possuem formas de saberes diferentes dos nossos e que podemos aprender com a experiência deles. É imprescindível, entretanto, considerarmos devidamente, a condição política de sujeitos do conhecimento, matizando essas experiências nas redes do lócus de onde eles falam, que tem sua historicidade e configurações socioculturais, que não deixam de configurar geneticamente o sentido das assimetrias dos fluxos culturais subjacentes.

Nesse sentido, no campo dos estudos comparados das literaturas de língua portuguesa, para quem se situa no Brasil, impõe

relevar circunstâncias político-culturais que apontamos em Literatura Comparada & relações comunitárias, hoje²:

1º) o fato de estarmos num momento de crise do modo de pensar a realidade que veio das esferas financeiras, que culminou no *crack* de 2008, em que foi naturalizada a “imagem utópica do mundo das finanças: desregulamentação e flexibilidade como modelo para a economia, um desenho “naturalmente” extensivo às práticas sociais e culturais. De acordo com a reiterada agenda que vem pautando os meios de comunicação, nesse processo de naturalização de hábitos, desregulamentação se afinaria com liberdade e, esta, nas esferas socioeconômicas, com a competitividade, colocada, assim, como critério de eficiência e aspiração maior não apenas das empresas, mas também do indivíduo e da própria democracia. O individualismo associado à condição da vida democrática, e, mais, como uma das inclinações fundamentais do humanismo”³;

2º) relacionado a essa situação, temos de levar em consideração que o “atual momento político solicita, no âmbito do Brasil e da comunidade mundial, reconfigurações de estratégias e repactualizações, o que já vêm ocorrendo nas relações internacionais. No plano da vida cultural, em nosso país, a compreensão do sentido dessa repactualização ainda é muito ligeira, desconsiderando as esferas culturais. Nossa intelectualidade, em geral, tem-se colocado a reboque dos acontecimentos, com discursos legitimadores das hegemonias, voltando-se mais para a administração da diferença nas balizas do sistema estabelecido. E diante das novas solicitações é de se entender que essas vozes da intelectualidade, muitas vezes melancólicas e contemplando ruínas, devem assumir atitudes mais ativas e prospectivas, para criar ou redesenhar, com matização mais forte, tendências de cooperação e solidariedade, que sempre embalaram ideais democráticos. Pelas margens do sistema das assimetrias hegemônicas, abre-se a possibilidade real de se estabelecer efetivos contrapontos ao

² Cotia: Ateliê Editorial, 2012. 327 p.

³ *Op. cit.*, p. 9.

paroxismo da competitividade, que envolve e se coloca como paradigma da vida econômica, social e cultural, de acordo, com a lógica dessas assimetrias dos fluxos econômicos e culturais”⁴;

3º) essa inclinação para a “regulação da vida social já se manifestava, na situação anterior ao crack, justamente como reação aos efeitos perversos dos modelos articulatórios do capital financeiro, que flexibilizaram fronteiras nacionais para impor as assimetrias de sua ordem hegemônica. Foi pelas brechas desse sistema – já que toda hegemonia é porosa - que se firmou a necessidade de conexões amplas, abrindo a possibilidade de articulações comunitárias de sentido supranacional. Nesta nova situação, essas associações comunitárias tornam-se ainda mais urgentes, e envolvem a possibilidade de novas articulações, amplas e estruturadas em múltiplos níveis, desde a vida econômica às esferas da vida sociocultural”⁵.

4º) entre os comunitarismos supranacionais (que são múltiplos e envolvem as porosidades das fronteiras hegemônicas) é politicamente relevante que desenvolvamos laçadas de cooperação e solidariedade com os países de língua portuguesa e espanhola, enlaçando a iberoafroamérica. Mais particularmente, devemos considerar que “inclinações comunitárias linguístico-culturais sempre embalsamaram as tendências democráticas, nos países de língua portuguesa. A situação atual é evidentemente diferente do que acontecia no período colonial e também no estabelecimento e consolidação de nossos sistemas republicanos, como o próprio conceito de fronteiras. O comunitarismo afirma-se, na atualidade, envolvendo pluralidade nas articulações políticas, pautadas sempre pela supranacionalidade. Relevantes são as ações políticas na forma de blocos, com linhas de ação amplas, da vida econômica à cultural. Blocos politicamente mais eficazes para estabelecer contrapontos às assimetrias dos fluxos hegemônicos supranacionais do novo

⁴ *Op. Cit.*, p. 10.

⁵ *Op. cit.*, p. 10-11.

imperialismo, e também em suas correspondências nacionais e/ou, mesmo, estratificações sociais”⁶;

5º) impõem-se, pois, mudanças de atitudes também em termos de comparatismo literário. Não podemos nos limitar à análise das redes estabelecidas entre as esferas do conhecimento, mas que problematizemos os fatores que lhes são subjacentes e que geraram sistemas de hierarquização em suas articulações econômicas e socioculturais. Como indicou Lucien Goldmann em seu “Balanço Teórico” (em cores talvez excessivamente fortes e que devem ser em parte mediatizadas), é necessária a busca dessas bases para que a crítica se afaste “de qualquer posição moralizante como, por exemplo, a da Escola de Frankfurt e, em especial a de Herbert Marcuse. Para esses pensadores, que criticam e condenam a sociedade contemporânea sem perguntar em que medida essa crítica é baseada numa força social interna a essa sociedade, as únicas perspectivas tornam-se o isolamento do pensador no mundo de seus pares, ou a ditadura provisória e temporária dos filósofos que deveriam transformar a sociedade”⁷.

Diríamos, nessa perspectiva, como afirmamos em nossa tese de livre-docência na Universidade de São Paulo (1988), com o título *Imagem (n/a/ç/ã/o) política*, como a imaginação política, pela ação de escritores, pode reconstruir cacoc da nação, advindos das assimetrias dos fluxos culturais (hegemonias evidentemente que não se limitam apenas ao colonialismo). A versão em livro foi publicada um ano depois, com o título *Literatura, história e política*⁸ Essa imaginação política é fundamental também para a atividade crítica, pois remove os muros da especialização meramente acadêmica, que a circunscreve apenas à chamada “produtividade”, como numa esteira industrial, ou mesmo ao estabelecimento de laços de solidariedade restritos aos atores dessa área do conhecimento. Na verdade, o campo meramente acadêmico acaba assim por ser

⁶ *Op. Cit.*, p. 11.

⁷ Löwy, M. e Naïr, S. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p. 153.

⁸ 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. p. 278-279.

administrado, levando-o a pairar como nuvens distantes da vida social, como pode ocorrer inclusive com a própria imaginação sociológica que por ali acaba por circular apenas entre pares. Para além dos escaninhos do ensimesmamento desse campo intelectual⁹, importa que sejam configuradas articulações contextuais mais amplas e problemáticas pela diversidade das esferas econômicas, sociais e culturais envolvidas, que levem esse campo de produção do conhecimento a interagir com as esferas públicas, de sentido político.

2. Cooperação/solidariedade e o princípio de juventude

Neste momento de repactualização internacional, por oposição ao império do mercado, são relevadas formas de cooperação à escala planetária. São enfatizados, pela hegemonia que busca legitimidade e também por aqueles que se colocam contra essa hegemonia, ideais de respeito às diferenças de toda ordem e à democracia. Não obstante, as inclinações comunitárias, a contrapelo da hegemonia que pretende administrar a diferença, emergem para primeiro plano, como forma de mediação entre os múltiplos campos da vida social e do estado. Diante dos novos desafios de ênfase no comunitarismo, particularizando nosso campo de trabalho, parecemos importantes que os estudos de literatura comparada, sejam vistos numa dimensão política e sociocultural. Sabemos que veio de nosso processo histórico as assimetrias de poder simbólico afeitas ao processo de colonização e, depois, da permanência dos hábitos de colonizados, comutando centros hegemônicos. Verificar essas bases da circulação cultural, com viés crítico e sem assimilacionismos, pode ser uma forma de nos situar criticamente

⁹ O conceito de campo intelectual e, mais especificamente, literário, foi cunhado por Pierre Bourdieu em 1992 (Edição brasileira: *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996). Trata-se de uma estrutura complexa que vai da economia à cultura em sentido amplo, envolvendo relações entre escritores e seus leitores, editores, críticos etc. Isto é, articulações múltiplas em que o autor e suas produções mostram-se imbricados com a vida social.

diante dos fluxos inclinados à continuidade dessa colonização de nosso imaginário.

Nas atitudes de atores culturais do passado, podem ser configuradas, assim, linhas que são imprescindíveis para a melhor compreensão de nossa atualidade sociocultural. Entretanto, a restrição às assimetrias desse comparatismo, mesmo se nos pautarmos pela criticidade, não é suficiente. Temos proposto outra forma de comparatismo. Um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação. Comparar diante de problemáticas que nos envolvem a todos para nos conhecer naquilo que temos de próprio e em comum. Enlaces comparatistas em que as particularizações do passado devem ser reconfiguradas em termos prospectivos e tendentes a ações de reciprocidade. Não mais a histórica relação sujeito/objeto, mas agora de sujeito/sujeito, que se comparam em aproximações e fricções, tendo em conta desafios que se colocam em termos da atualidade sociocultural.

Neste momento de crise e de repactualizações políticas, tornam-se importantes atitudes pautadas por otimismo crítico. Acreditar que o mundo possa ser diferente e melhor do que ele é. Para além da necessária inclinação da negatividade inerente ao pensamento crítico, a motivação e o embalo de um princípio de juventude, consubstanciado em projetos e ações político-culturais mais amplos.

Se é próprio da melhor literatura se voltar para aquilo que falta, há, pois, que renovar atitudes no âmbito da crítica literária, em sentido prospectivo, para nos valer ainda de um paralelismo com os anos de 1930, descartando agora o enredo de ambiência melancólica, que veio das frustrações que marcaram a Modernidade. Uma nova atitude implica ter a esperança como princípio¹⁰. Ao contrário da ideologia do fim da história e da inculcação de que vivemos no melhor dos mundos, é imprescindível acreditar em nossa potencialidade subjetiva e objetivá-la em

¹⁰ Cf. Bloch, Ernst. *O princípio esperança*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2005/2006.

projetos inclinados para o futuro. Como explicita o poeta Carlos de Oliveira,

“Na poesia,/ natureza variável/ das palavras,/ nada se perde/ ou cria,/ tudo se transforma:/ cada poema, no seu perfil/ incerto/ e caligráfico,/ já sonha/ outra forma.¹¹”

Articulações, como as do poema de Carlos de Oliveira, disputam o poder simbólico no campo intelectual. Elas se atualizam através da porosidade do modo dominante de pensar a realidade, articulando-se contra a estaticidade das formas poéticas. O poeta ao se valer de articulações provenientes do campo científico, atualiza, na simbolização do texto literário, um modo dinâmico de pensar a realidade onde as formas, inclusive as políticas, devem ser vistas em movimento, em processo. E essa permeabilidade de articulações que migram de um campo para outro nos leva a considerar as imbricações mais gerais, que saem do campo econômico e atinge as esferas políticas, sociais e culturais. Uma articulação hegemônica só provoca impactos nas esferas culturais sob a mediação da sociedade e do estado. Se nos estados democráticos atuais há uma relativa autonomia entre essas formas de organização e de poder (não cabe aqui falar em neutralidade), suas conformações formais favorecem a permeabilidade dessas articulações dominantes. Por entre as formas do estado, são exercidas hegemonias que vêm do campo social e das formas mentis dominantes. E também, por serem hegemônicas, elas desenvolvem estratégias de legitimidade e podem acabar por serem naturalizadas, fazendo parte do senso comum. Ou, se nos recorrermos a Terry Eagleton, que, por sua vez cita Pierre Bourdieu,

“Qualquer campo social é necessariamente estruturado por um conjunto de regras não enunciadas para o que pode ser dito ou percebido validamente dentro dele, e essas regras, portanto, operam como um modo do que Bourdieu denomina ‘violência

¹¹ “Lavoisier”. *Obras de Carlos de Oliveira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992. p. 223.

simbólica’. Como a violência simbólica é legítima, geralmente não é reconhecida como violência. Trata-se, como observa Bourdieu em *Outline of a Theory of Practice* (BOURDIEU, 1977: 192), ‘a forma suave, invisível da violência, que nunca é reconhecida, a violência de crédito, confiança, obrigação, lealdade pessoal, hospitalidade, presentes, gratidão, piedade’. No campo da educação, por exemplo, a violência simbólica opera não tanto porque o professor fala ‘ideologicamente’ com seus alunos, mas porque o professor é percebido como tendo a posse de uma quantia de ‘capital cultural’ que os estudantes precisam adquirir (EAGLETON, 1997, p. 142).

Para quem se situa no Brasil, no âmbito da cultura, o momento é de relevar blocos de nossa comunidade linguístico-cultural, de forma correlata às estratégias de ordem econômica que vêm sendo desenvolvidas pelo país. Mais particularmente, importa estreitar relações com nosso bloco linguístico-cultural e também, numa laçada mais ampla, com os países iberoamericanos. As redes, na atualidade, são mais amplas, planetárias, e envolvem desde as esferas dos recortes do conhecimento até às da geopolítica. Configuram um mundo de fronteiras múltiplas e as questões identitárias devem ser vistas no plural¹². Outras articulações supranacionais se configuram, ao lado daquelas que vieram de nossa formação histórica, como ocorrem igualmente nas relações econômicas. O comunitarismo linguístico-cultural constitui um ponto de partida político e estabelece, para nós, um “nó”, em termos de redes comunicacionais, de onde abrimos “janelas” igualmente múltiplas. Pelo comunitarismo cultural, podemos mostrar rostos

¹² Cf. Abdala Junior, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

diferenciados, em diálogo com outros. Num mundo em que o inglês tornou-se uma espécie de língua franca, é importante que também falemos em português como língua de cultura, numa associação mais particularizada com a língua espanhola.

Importa à crítica literária, para tanto, uma mudança de atitudes, descartando a melancolia. É necessária uma perspectiva otimista: ter esperança, pautando-nos pelo princípio de juventude, o que implica a atualização de gestos prospectivos, tal como ocorreu no passado com a literatura social do período entre-guerras, posterior ao *crack* financeiro de 1929. A grande diferença de situação, quando se compara os dois *cracks* financeiros (de 1929 e de 2008), é que em 1929 a intelectualidade acreditava que as coisas poderiam ser diferentes e agora essa manifestação do desejo se mostra mitigada, envolvida pelos modelos articulatórios da utopia do mundo desenhado pelas finanças. De acordo com esses modelos, viveríamos no melhor dos mundos – um eterno presente, da produção e competição. Mais do que a força das idéias e da reflexão, continuam dominantes sistemas de modelizações do pensamento e de condutas afinados com um individualismo narcisista reverenciado pela mídia, que só destaca quem se coloca nas passarelas daquela que já foi chamada “sociedade do espetáculo”.

3. Marcas eurocêntricas e a sobrevivência das formas

Estamos longe, nos estudos comparatistas, das tendências eurocêntricas positivistas dos estudos das “fontes”, mas os cânones continuam a vir dos países hegemônicos da Europa Ocidental e em suas reconfigurações norte-americanas. São as literaturas “maiores” e as outras, ao sul da Europa e próprias do mundo colonizado, as “menores”. Em literatura comparada, esse primeiro modelo de estudo correspondeu à hegemonia teórica francesa, substituída pela norte-americana em meados do século XX, onde os recortes nacionais, pelo viés formalista, foram vistos em suas interações supranacionais. Como indica Cláudio Guillén, afirma-se, então, o momento da supranacionalidade, para além das fronteiras

nacionais¹³. Desloca-se a hegemonia, em termos de literatura comparada, para a outra margem do Atlântico Norte.

As hegemonias nunca são absolutas, mas porosas, é de se reiterar. Se nessas teorizações da década de 50 aparecem formalismos e desconsiderações político-sociais, surgirão, nas décadas finais do século, novas perspectivas para os estudos comparados, imbuídos de sentidos políticos, presentes, por exemplo, nas obras de Fredrick Jameson¹⁴ e de Edward W. Said, para nos referirmos aos EUA. São as contradições dentro do mesmo sistema, que envolvem a imagem de vida democrática, um princípio de legitimidade de quem se vale das assimetrias dos fluxos culturais e que não deixa de estar presente nos discursos oficiais da hegemonia.

Na atualidade e em decorrência desse comparatismo Leste/Oeste em que foram importantes teóricos que se deslocaram para os centros hegemônicos, surge uma outra tendência comparatista, a da chamada “Literatura Mundo”. Do ponto de vista político, consideramos necessário, como estamos argumentando, a consideração de laçadas comunitárias, por sobre a porosidade das hegemonias estabelecidas. A articulação comunitária configura formas de poder simbólico contra uma pastichização que interessa apenas para as configurações hegemônicas.

Edward W. Said desenvolveu a tese, na perspectiva de sua crítica política, de que a cultura integra a ação colonizadora, um espaço de tensões/conflitos. O próprio conceito de Oriente foi cunhado para justificar o domínio imperial sobre os “outros”, sempre inferiores¹⁵. Um desenho análogo ao dos povos africanos, para justificar sua escravidão pelos “civilizados” colonialistas. Para Said, a análise dessas tensões entre o império e as colônias envolve

¹³ *Introducción a La literatura comparada (Ayer y hoy)*. Barcelona: Tusquets Editores, 2005.

¹⁴ *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. Trad.: Simon, I.; Xavier, I. e Oliboni, F. São Paulo: Editora HUCITEC, 1985.

¹⁵ Cf. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad.: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

tratar cultura e imperialismo numa relação de interdependência. E é com esse horizonte, que é importante estudar a forma mentis desse processo. Em termos de intersubjetividade, o desenho que envolve relações de dominação, no plano interno dos blocos hegemônicos e das regiões subalternas, corresponde aos gestos coloniais, que continuam a marcar a vida subjetiva e cultural desses povos, seus universos simbólicos.

Foi assim que desde os tempos coloniais o eurocentrismo procurou estabelecer a inteligibilidade e, principalmente, a legitimidade necessárias às práticas de dominação, justamente porque inferiorizavam, tanto em discursos científicos quanto leigos, os espaços, povos e culturas das colônias e apontavam a sua necessidade de evolução em amplos sentidos. Hoje, essa inclinação persiste nos olhares, práticas e representações que permitem a continuidade da dominação e manutenção de determinadas hegemonias e hierarquizações, mesmo que de forma sutil, ininteligível, naturalizada ou compartilhada por todos. Um amplo sistema de modelização de pensamento e de conduta, em dimensão planetária. Não podemos nos esquecer de que na Europa e nos EUA há numerosas comunidades marginalizadas, como os irlandeses, ciganos, negros, latino-americanos, judeus, muçulmanos, os habitantes das periferias, gays, lésbicas etc. Foi nesse contexto situacional híbrido e de fricções que apareceram as obras de Fredrick Jameson, Edward W. Said, Homi K. Bhabha¹⁶ e Stuart Hall¹⁷, entre outros.

O eurocentrismo corresponde hoje à ocidentalização, que não tem precisão geográfica, mas tem suas bases políticas e econômicas. Envolve toda uma série de repertórios secularmente acumulados, de onde vêm as reflexões e práticas espalhadas pelo mundo, ao ritmo das assimetrias dos fluxos culturais. Evidentemente, convém enfatizar, aprendemos com a experiência

¹⁶ *O local da cultura*. Trad.: M. Ávila, E. L. L. Reis, G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

¹⁷ *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org: Liv Sovik. Belo Horizonte-Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003.

do outro. Afinal, somos todos misturados. As identidades são sempre plurais. Não obstante, uma certa hibridização que conflui para uma espécie de pastichização indefinidora de fronteiras, que, na verdade, são configuradas e múltiplas, pode ser estratégia similar à da mestiçagem das elites brasileiras: mesclagens tendentes a formulações eurocêntricas.

Preferimos considerar que as fronteiras são múltiplas e não líquidas, indefinidas. Se existe a tendência à fragmentação posmoderna, afim do modo de administrar e pensar o mundo pelo viés das finanças, podemos situar as fronteiras de acordo com processos de articulações que se alternam, sobrepõem e se imbricam, mas que não se liquefazem, de acordo com a teorização de Zygmunt Bauman¹⁸ Somos igualmente múltiplos do ponto de vista identitário e, na verdade, uma visão crítica das implicações políticas desses caracteres (nível individual, nacional, social), verificará que eles se atritam e não deixam de estabelecer hegemonias ou dominâncias, que podem ser reversíveis.

Assim são os hábitos¹⁹, que em suas linhas articulatórias impregnam os atores sociais, mesmo em situações políticas que poderiam contraditá-los. Observe-se, nesse sentido, o romance *Mayombe*, de Pepetela, escrito em plena guerrilha das lutas de libertação nacional de Angola. O sentido crítico do narrador destaca linhas de articulação de hábitos, que impregnam suas personagens,

¹⁸ *Tempos líquidos*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

¹⁹ Associamos o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, ao de modelo de articulação que vem da práxis (o homem com ser ontocriativo). Para Bourdieu o “*habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental da tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o ‘primado da razão prática’ de que falava Fichte, retornando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o ‘lado activo’ do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do reflexo, tinha abandonado (*O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 61.

deixando à mostra as reais motivações dos guerrilheiros, mitificados pelos discursos oficiais. Citemos uma personagem feminina, que de um ângulo periférico analisa a situação que experimenta:

“Isso é que me enraivece. Queremos transformar o mundo e somos incapazes de nos transformar a nós próprios. Queremos ser livres, fazer a nossa vontade, e a todo momento arranjamos desculpas para reprimir nossos desejos. E o pior é que nos convencemos com as nossas próprias desculpas, deixamos de ser lúcidos. Só covardia. É medo de nos enfrentarmos, é um medo que nos ficou dos tempos em que tínhamos a Deus, ou o pai ou o professor, é sempre o mesmo agente repressivo. Somos uns alienados. O escravo era totalmente alienado. Nós somos piores, porque nos alienamos a nós próprios. Há correntes que já se quebraram mas continuamos a transportá-las conosco, por medo de as deitarmos fora e depois nos sentirmos nus.”²⁰

Vieram de nossa formação hábitos alienados e as formas culturais, tal como as formas políticas, sociais e econômicas, resistem. Há nelas, de um lado, uma experiência acumulada; e, de outro, implicações ideológicas que tendem a justificar hegemonias. Constituem desenhos ou linhas que resistem e determinam a formação de caracteres, com papéis sociais marcados. O grande problema, do ponto de vista político, é que tais impregnações fazem parte do cotidiano e configuram as expectativas de cada ator, dirigente ou dirigido.

Nos EUA, houve um transplante mais efetivo da população europeia e o estabelecimento de um estado dos “brancos”, originalmente puritanos, que se recusaram à mistura. Consequência: extermínio dos ameríndios e o *apartheid* dos ex-escravos. Só a partir da segunda metade do século XX, essas populações das margens começaram a fazer valer seus direitos de cidadania. E ganharam peso político-social e cultural, mais recentemente, pela presença ativa da grande população de migrantes, que vieram de outras margens. A discussão sobre a mestiçagem, escamoteada pelas elites norte-americanas, ganhou então as universidades e já é

²⁰ São Paulo: Ática, 1982. p. 208.

matéria de sua indústria cultural, tendo em vista a busca de legitimidade para a preservação da hegemonia desse país.

4. Experiência histórica e fronteiras culturais

O processo colonial fixou hábitos, repertórios literários e culturais, que vieram dessa experiência histórica e dos contatos culturais entre povos que até então não se conheciam. Se há hoje toda uma inclinação crítica para mudanças de paradigmas, sejam eles filosóficos, estéticos, em relação às áreas do conhecimento, entendemos que essa tendência não pode se naturalizar sobre um rótulo genérico de um “pós”, uma redução ao obsoleto de toda uma experiência que se consubstancia no presente. Pior ainda pode ocorrer em relação às instâncias políticas, onde o “pós”, afeito às condições da mídia e dos produtos moda, procura tudo reduzir a uma tabula rasa, sem passado. A experiência histórica e suas realizações passam a ser situadas como um repertório passivo, para a estilização sem história, formas restritas a uma espécie de repertório passivo, desconsiderando-se o processo que as modelizou.

Temos de levar na devida consideração o fato de que a teorização pós-colonial tem discutido convenientemente questões relativas à mundialização econômica, com implicações socioculturais, aos deslocamentos dos povos e ao processo de americanização do mundo, sob o impacto da mídia e do consumo mercadológico. Em relação às questões político-sociais, entretanto, ela pode tender a inclinações genéricas. São igualmente pós-coloniais quaisquer sociedades marcadas pelo colonialismo, sem maior consideração sobre sua historicidade, nivelando países que se emanciparam no período pós-Segunda Guerra Mundial, aos que se emanciparam desde o século XIX. Falar de pós-colonialismo, sem consciência dessas especificidades, implica nivelar uma cultura como a do Canadá, ou da África do Sul, por exemplo, à complexa situação cultural da Índia – ambas ex-colônias britânicas. Só uma análise das redes políticas, econômicas e socioculturais pode revelar de que pós-colonialidade se trata. Essa situação se torna ainda mais complexa, se vinculada – como acontece – à ênfase ao

nomadismo diaspórico dos estudos pós-coloniais. Coloca-se novamente a necessidade de se considerar nesse processo de onde fala o crítico e os laços socioculturais que acabam por enredar suas formulações discursivas.

São muitos os pós-colonialismos. Há, por exemplo, o pós-colonialismo do ex-colonizador, que encontramos num romance como *Os cus de judas*, de Lobo Antunes²¹; e, para contrastar, o do ex-colonizado, como em *Mayombe*, de Pepetela²². O primeiro vai desconstruir mitos e fazer de sua memória individual um depoimento que se quer história. Pepetela, numa direção oposta, embala-se por mitos, sem deixar de criticar indivíduos que se querem mitos. Nessa crítica, evidencia posturas etnocêntricas do passado que se reproduzem no presente. Em Lobo Antunes, enfatiza-se a desconstrução dos mitos e a distopia; em Pepetela, na formação de um novo estado nacional, a construção e a utopia. Há ainda o pós-colonialismo dos colonizadores que permaneceram na metrópole e dos ex-colonizados que migraram. A clara delimitação do chamado lócus enunciativo e de sua historicidade é, pois, imprescindível para uma crítica que pretenda afastar-se da generalidade.

Refletir sobre especificidades nacionais implica situá-las num processo de agenciamentos comunitários que tem um solo histórico e relações de poder simbólico. Temos destacado o sentido político de se discutir literatura no âmbito do comunitarismo iberoafroamericano, mas – voltamos a insistir - as articulações comunitárias podem ser de muitas ordens e politicamente nos parece importante relevar que o mundo atual é de fronteiras múltiplas e identidades plurais, seja numa perspectiva individual ou nacional. São interações que levam à consideração de um complexo cultural híbrido, interativo, onde a cultura brasileira, por exemplo, é multifacética e se alimenta produtivamente de pedaços de muitas

²¹ *Os cus de judas*. Lisboa: Editorial Vega, 1979.

²² São Paulo: Ed. Ática, 1982.

culturas, sem deixar de sofrer os efeitos das assimetrias dos fluxos culturais.

Tais considerações, para além das especificidades nacionais, torna necessária a associação com o repertório enfaticamente híbrido de nossa formação cultural. Na apropriação desse repertório, a consciência dessa historicidade e relações de poder que ensejou, pode contribuir para o afastamento de produções miméticas, afins da convenção ou do estereótipo.

A criticidade é necessária para o desenvolvimento de inclinações abertas à criatividade e que às vezes acabam para o questionamento de espartilhos ideológicos e identidades míticas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o poema “Camões: história, coração, linguagem”, de Carlos Drummond de Andrade, escrito numa situação histórica pós-Revolução dos Cravos. Ao se apropriar de imagens e procedimentos poéticos camonianas, o poeta brasileiro estabeleceu um diálogo com a historicidade das leituras do poeta português e a da nova situação histórica, democrática, de Portugal. Diz Drummond:

Dos heróis que cantaste, que restou
senão a melodia do teu canto?
As armas em ferrugem se desfazem,
os barões nos jazigos dizem nada.

Nessa desideologização das apreensões conservadoras, em especial da época salazarista, sem deixar de seguir imagens e ritmos camonianos, o poeta brasileiro termina por afirmar:

Luís, homem estranho, que pelo verbo
és, mais que amador, o próprio amor
latejante, esquecido, revoltado,
submisso, renascente, reflorando
em cem mil corações multiplicado.
És a linguagem. Dor particular
deixa de existir para fazer-se
dor de todos os homens, musical,
na voz de órfico acento, peregrina . (Abdala Jr.,
1993, p. 62).

Em Literatura, história e política, analisamos a circulação cultural entre o Brasil, Portugal e África, tendo como motivo condutor a imagem de Pasárgada, de Manuel Bandeira. Procuramos então discutir essa figuração utópica por recorrência ao poeta caboverdiano Osvaldo Alcântara (pseudônimo poético de Baltasar Lopes) . Osvaldo Alcântara, com os “pés” em Cabo Verde, sonha à Bandeira com uma pasárgada que existiria em outra margem do oceano. Se o poeta brasileiro imagina um reino com um rei bonachão que lhe permitiria todas as “libertinagens” (título da coletânea do poeta brasileiro), Osvaldo Alcântara tem saudade de uma pasárgada futura que encontraria no “caminho de Viseu” (valse da referência à canção popular portuguesa “...indo eu, indo eu,/a caminho de Viseu”²³) . Osvaldo Alcântara, repetimos, estava com os pés em Cabo Verde, mas a cabeça inclina-se para fora, para as possibilidades de se encontrar plenitude na imigração. Sua perspectiva é aquela que historicamente sempre se colocou para seu povo de migrantes e ele não deixa de ter consciência crítica de que “esta saudade fina de Pasárgada/é um veneno gostoso dentro do meu coração”²⁴, em outro poema.

A identificação no repertório comum não implica mimetismo, tanto em Osvaldo Alcântara, como em Drummond. A distância crítica advém de fricções de quem estabelece suas bases poéticas na persistência de uma mesma linguagem comunitária. Ampliando essas observações, podemos afirmar que são importantes do ponto de vista crítico estudar esses diálogos, embutidos – explicitamente ou não - nos repertórios literários, que circulam entre os países de língua portuguesa. Por outro lado, não se pode deixar de relevar do ponto de vista críticos as relações de poder que envolvem essa circulação que pode ser uma forma de se afastar da celebração, seja da mimese ou de um pretenso sincretismo ou do hibridismo, que desconsidera as relações de poder e encaminha atitudes assimilacionistas tendentes à cultura do

²³ ABDALA Junior, Benjamin. 2. ed. *Literatura, história e política*. Cotia: Ateliê Ed., 2007. p. 81.

²⁴ Idem. *Ibidem*. p. 81.

colonizador. Não se pode, entretanto, deixar de considerar devidamente o fato de que a plasticidade da língua literária portuguesa vem desde sua formação nos tempos medievais e só pode ser estudada adequadamente na dinâmica das tendências dos campos intelectuais supranacionais, nos processos de mundialização das culturas européias.

5. A administração da diferença

À flexibilidade da circulação dos produtos culturais, ao ritmo nômade do capital financeiro, que se articula em rede, sempre reduzindo distâncias por velocidade, sempre desdobrável, parecem-nos importante contrapor estratégias contra-hegemônicas, associadas aos comunitarismos supranacionais. Esse processo vertiginoso de standardização dos produtos culturais, por parte da economia de mercado, não se restringe à standardização de massa. Convém não nos esquecermos de que a hegemonia possui bases amplas, que não deixam de ser mercadológicas, e procura incorporar em suas redes mesmo a contestação de seu próprio sistema. Trata-se da perspectiva da administração da diferença, que temos insistido em apontar. A diferença como administração política e abertura de nicho de mercado. Noutra sentença, esta incorporação pode contribuir para a dinamização do sistema: mudar para que as coisas continuem estruturalmente as mesmas. Ou, como aparece no livro/filme *O leopardo*, de Giuseppe Lampedusa/Luchino Visconti, “É preciso que algumas coisas mudem, para que tudo continue na mesma”. A emergência parcial do novo, sob controle político-social das estruturas pré-estabelecidas e que faz valer sua hegemonia para controlá-lo, ao mesmo tempo em que se beneficia de seus influxos para atualizar suas redes numa nova configuração histórica.

Neste momento que se afigura em processo pós-neoliberal, a afirmação de uma tendência mais tolerante, que procura valer-se da estratégia de administrar da diferença, afim, por exemplo, do multiculturalismo de matização liberal, pode constituir uma maneira mais inteligente e de longo prazo de se preservar e mesmo promover a hegemonia. Estratégia para um capitalismo

administrado, um retorno, em nossas bases, dos princípios norteadores do governo Roosevelt. Seria uma espécie de um novo New Deal, de onde – já que as coisas são misturadas - foi possível surgir, não obstante, a obra de um Caldwell, Hemingway, Dos Passos, Gold, Steinbeck, Faulkner etc. E também a organização das Nações Unidas e da carta que estabelecia o princípio da autodeterminação dos povos.

Tal eurocentrismo de matização norte-americana pode vir a ser agora atenuado, na nova configuração que se esboça, como uma das tendências possíveis da política imperial. Fala-se insistentemente na necessidade de “tolerância”: tolerância liberal, uma nova modalidade dos pressupostos de caridade, uma via de mão única, sem reciprocidade. A aproximação dos excluídos, que foi uma das bases fortes da eleição do presidente Barack Obama e que fez a diferença, não é evidentemente relevada. Para além dessa modulação da tolerância, é imprescindível ao pensamento crítico descortinar também as relações de poder envolvidas. Sem a discussão dessas relações, o discurso multicultural que, ao que parece, pode se afirmar ainda mais, apesar do ultraconservadorismo, não deixará de ser um veículo conceitual de administração da diferença, tendo em vista a manutenção da hegemonia norte-americana, vale dizer, de suas elites. Falta a esse multiculturalismo de tintas liberais a consideração de vozes simultâneas em tensão, uma espécie de um áspero concerto polifônico construído pelas diferenças. Logo, uma perspectiva crítica capaz de contraditar formulações discursivas hegemônicas, tendentes ao nivelamento de uma espécie de “branqueamento” eurocêntrico, uma forma mentis análoga à que se produziu nas elites brasileiras, desde o século XIX.

Reiteramos, pois, no contraponto ao que naturalizou até o momento do crack econômico de 2008, de que o acesso à rede supranacional se faz num lócus enunciativo determinado e ele é fundamental para a crítica. Se na vida universitária, por exemplo, um docente situa-se numa universidade norte-americana, ele não pode desconsiderar o fato de que seu discurso pode estar associado a estratégias hegemônicas desse país. Estas são considerações relativas a uma hegemonia que procura legitimar-se nas esferas intelectuais e públicas, em que a sociedade civil se articula com as

esferas de estado, formando um consenso supranacional. Junto com tais estratégias que procuram legitimar assimetrias, em que a ação da mídia é igualmente importante, há evidentemente formas de dominação despótica que operam desde o campo econômico ao militar, mais ou menos atuantes, conforme as oscilações das relações políticas, estabelecidas sobretudo por motivações econômicas.

Em termos de consenso hegemônico, na atualidade, ele se efetua não apenas no sentido da aceitação, mas sobretudo de promover a capitalização da diferença. Uma diferença que se consubstancia em produtos, desde o da imagem democrática do país hegemônico até a mercadorias mais explicitamente comercializáveis.

Para ilustrar a abrangência do processo de mercantilização que atinge inclusive a identidade individual, podemos nos valer de um poema de Carlos Drummond de Andrade, “Eu Etiqueta” (Corpo, 1984). As mercadorias aí já não apenas espreitam, mas introjetam-se em todas as pessoas, inclusive e de forma irônica, no próprio poeta. As pessoas perdem suas identidades, transformadas numa espécie de vitrine de mercadorias. E as marcas consumidas (etiquetas) valem menos pelo valor de uso e, mais, pelo status que conferem. Um consumo acrítico que, no processo de simbolização literária, não deixa de se associar a hábitos que vêm desde os tempos coloniais, como o autoritarismo denunciado em *A rosa do povo* (1945), do mesmo poeta. Etiquetas, quase sempre produtos, marcas ou modelos importados situados como superiores. E talvez pudéssemos acrescentar, já que a simbolização poética o permite: esse mesmo gesto é correlato a hábitos que perduram no campo científico ou na crítica literária – a importação sem sentido crítico. Uma citação nos estudos literários não poderia ter a função de uma etiqueta? Uma etiqueta conforme foi similarmente observada pelo olhar irônico, pretensamente menor do poeta, que se vê como “homem-anúncio itinerante, / Escravo da matéria anunciada. /

Estou, estou na moda. / É doce andar na moda, ainda que a moda / Seja negar minha identidade (...)”²⁵.

Em relação a essas práticas que oscilam entre a hegemonia que procura se legitimar e o despostismo de quem tem o poder, não se pode esquecer a posição dos Estados Unidos como único país a defender a inserção da cultura como “produto”, na Organização Mundial do Comércio. Para além do produto diretamente comercializável – particularizando nosso campo de atuação profissional –, a hegemonia implica um “reconhecimento” internacional da instituição onde esse crítico trabalha, o que certamente atrairá alunos e docentes, inclusive dos países não-hegemônicos. A partir dessa situação, serão criadas condições para convênios interinstitucionais com esses países, tendentes à preservação da hegemonia estabelecida. Só uma efetiva reciprocidade entre os atores da comunidade universitária envolvida poderá atenuar essas assimetrias. Isto é, a consciência da dimensão política que envolve a pesquisa científica. A busca da “eficácia”, aparentemente neutra, mas no fundo mimética e sem criticidade, pode mascarar processos que respaldam a continuidade das assimetrias dos fluxos culturais e também da legitimidade do poder simbólico hegemônico a elas associado.

6. Imagens literárias, para finalizar

O romance *A jangada*, de Júlio Verne, vale-se, além de fontes documentais, de um imaginário literário que aponta para mundos paralelos. São mundos que estão em nossa cabeça, como a ilha utópica. A ilha da Utopia, de Morus, como a “ilha desconhecida”, de José Saramago.

Há toda uma tradição literária que se alimenta dessas formulações. Dialogar com ela é uma forma de exteriorizar nossa vontade, nossos desejos. E, de uma certa forma, impulsionar nossos gestos. Em Júlio Verne, o fluxo do rio Amazonas (do interior do continente para o Atlântico) leva as riquezas para fora. Para dentro,

²⁵ ANDRADE, Carlos Drummond. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

vem a modernização europeia que cria as bases para a exploração da natureza. A imensa jangada de madeira que segue o “fluxo natural” do rio Amazonas, se desfaz quando chega a Belém (Pará), para que sua estrutura de madeira (truncos de árvores) seja vendida para a Europa, enquanto o proprietário da imensa jangada de madeira, onde coube toda uma propriedade rural, com a família e empregados voltam para o interior da Amazônia num barco a vapor.

Não é o que ocorre com o romance *A jangada de pedra*, de José Saramago, publicado um século depois. Este romance, escrito quando se discutia a integração de Portugal na então Comunidade Econômica Europeia, hoje União Europeia, é exemplar para a discussão do sentido comunitário entre as nações ibero-afro-americanas., como o fizemos no ensaio “Necessidade e solidariedade nos estudos de literatura comparada”.²⁶ Organizado em torno de estratégias geopolíticas e associado à situação histórica pós-Abril, esse romance permite repensar a cultura portuguesa em face da dupla solicitação: a integração europeia e a singularidade peninsular. Esta singularidade liga-se às perspectivas que marcaram a história de Portugal: a atlanticidade, a ibericidade e a mediterraneidade.

Se a jangada de Júlio Verne desfaz-se em contato com o Atlântico, a jangada de Saramago, que reúne o conjunto das regiões e comunidades ibéricas, tem nesse oceano uma de suas razões de ser históricas. É a atração atlântica que leva a Ibéria a se desprender da Europa. Sem o peso do império, podem agora os ibéricos se aproximar para o diálogo com suas ex-colônias. Do ponto de vista literário, embora Saramago faça referências, às vezes irônicas, à literatura de seu país e também dos países hegemônicos, ele tem em mira o realismo maravilhoso latinoamericano. O direcionamento vetorial da factura da escrita e as formulações do imaginário subjacente não vêm assim da Europa, mas da América Latina.

Em epígrafe ao romance de José Saramago, o cubano Alejo Carpentier opõe ao ceticismo que a enunciação credita à Europa a

²⁶ *Revista brasileira de literatura comparada*. “Necessidade e solidariedade nos estudos de literatura comparada”. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1996. p. 87-95.

perspectiva de que "Todo futuro es fabuloso". Tão fabuloso na efabulação desse romance que esse futuro, na vida como na arte, torna-se avesso ao pragmatismo cético da Europa. Um "futuro fabuloso" próprio de um momento de fratura, onde "principia a vida". "Todo futuro es fabuloso", diz Carpentier. Tão maravilhoso, diríamos, que permite uma efabulação - fabula ficcional de ação política - que, num direcionamento temporal inverso, permite a atualização, na jangada de Saramago, de matéria sonhada para amanhã ou depois.

Esse deslocamento temporal operado pelo jogo artístico do sonho do escritor não nos traz imagens literárias à deriva, mas imagens-ação que aportam no presente da escrita literária, impulsionando-a por "mares nunca dantes navegados" (Camões). São imagens-ação políticas que motivam uma nova épica, agora social, num movimento recursivo que é, ao mesmo tempo, partida e encontro. Desprende-se a península de uma situação convencional de apêndice europeu para, no faz-de-conta ficcional, encontrar-se consigo mesma. Quando se encontra em sua identidade, a jangada ibérica é capaz de movimentos surpreendentes, já que não se (con)forma ao cais europeu, para ela "cético" e "rotineiro", onde aportou há muito tempo, com dificuldades, dando origem à calosidade dos Pirineus. "Mudam-se os tempos" e a "vontade" (Camões) aponta para outras perspectivas, para driblar, pelas laterais do jogo ficcional, um outro jogo, geopolítico, que acabou por enredar a Ibéria.

Numa espécie de útero aquático, o conjunto comunitário ibérico estaciona numa região geopolítica que não é de calmarias, só para contrariar nações hegemônicas: o presidente norte-americano dá um murro na mesa. Preserva-se assim a especificidade ibérica, como se ela fosse uma ilha. Envolvida no útero aquático, a Ibéria, como uma criança, espera onde aportar, sem calosidades como as das regiões pirenaicas, ficando num ponto de diálogo entre a América Latina e a África. Num mundo de fronteiras múltiplas, relevar o comunitarismo cultural é uma forma compartilhada de fazer face ao processo de standardização assimétrica que move as estratégias globalizadoras.

REFERÊNCIAS:

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

_____. *Literatura, história e política*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

_____. *Literatura Comparada e relações comunitárias, hoje*. Cotia: Ateliê Editorial, 2012.

_____. “Necessidade e solidariedade nos estudos de literatura comparada”. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. N. 3. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1996, p. 87-95.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad.: M. Ávila, E. L. L. Reis, G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. 3 vols. Trad.: Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005/2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Editora Unesp/Editora Boitempo, 1997.

GUILLÉN, Claudio. *Introducción a La literatura comparada (Ayer y hoy)*. Barcelona: Tusquets Editores, 2005.

- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org: Liv Sovik. Belo Horizonte-Brasília: EdUFMG/UNESCO, 2003.
- JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. Trad.: Simon, I.; Xavier, I. e Oliboni, F. São Paulo: Editora HUCITEC, 1985.
- LAMPEDUSA, Tomasi di. *O leopardo*. 3. Ed. São Paulo: Difel, 1963.
- LOBO ANTUNES, António. *Os cus de judas*. Lisboa, Editorial Vega, 1979.
- LÖWY, M. e NAÏR, S. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- OLIVEIRA, Carlos. *Obras de Carlos de Oliveira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad.: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 16 reimp.
- VERNE, Júlio. *A jangada*. São Paulo: Editora Planeta, 2003.